

Economia - Brasil **Sem consenso, nada feito**

9 JUN 1983

Não há consenso social para as dramáticas medidas econômicas que o Governo adota agora - e tardiamente - para ajustar-se às imposições do FMI e dar início (depois de quatro anos desperdiçados) ao combate mais eficaz à inflação. Um programa dessa natureza requer o consenso da sociedade e autoridade política do Governo, além de alto grau de credibilidade da equipe que comanda a economia. Desafortunadamente, é precária a autoridade política do Governo, obrigado até a fazer um acordo com a demagogia populista do PTB para ter uma modesta maioria na Câmara. No próprio PDS há vozes descontentes com o Governo e contra as medidas de aperto na economia. Entre os militares há desapontamento com os rumos do País e preocupações generalizadas com a crise social, as tensões nos grandes centros urbanos, a ameaça de desestabilização. Para vários militares contactados por este colunista, a situação, hoje, é infinitamente pior do que a de 64, que obrigou a intervenção militar. Nas camadas sociais é claro que não existe consenso, ou simples aceitação das medidas que as autoridades econômicas foram obrigadas a tomar depois de ter levado quase quatro anos ludibriando a opinião pública e empurrando a crise para a frente, até que o País foi levado para o buraco, com uma inflação galopante e uma dívida que não pode pagar. Não há, assim, autorização social para as novas medidas econômicas destinadas, apenas, neste momento, a ajustar o País aos ditames do FMI e, dessa forma, evitar a decretação da falência do País pelos credores internacionais. O FMI está à espreita e o Sr. Alexandre Calha, representante do Brasil e de outros países latino-americanos no FMI, está há dias em Brasília, instruindo os ministros econômicos para o "pacote" que só produziria efeitos benéficos no combate à inflação se as autoridades tivessem alto grau de credibilidade, o que infelizmente não existe. Quaisquer medidas novas de ajuste econômico sem credibilidade das autoridades e consenso social levarão fatalmente ao aumento das tensões sociais, ao agravamento da crise em todos os setores com repercussões políticas inevitáveis. Recentemente, o Governador Roberto Magalhães, de Pernambuco, confidenciou que a paz social no seu Estado está sendo sustentada pelo Sr. Miguel Arraes, cujos projetos políticos excluem a agitação social nesta hora. O Governador Divaldo Suruagi de Alagoas, acha que ou o Governo manda dinheiro para o Nordeste, ou manda tropas, pois as tensões sociais de agravam dia a dia. Por isso mesmo, carece de importância a sucessão presidencial nos termos em que está sendo conduzida, com um elenco de vice-presidenciais na pista. Por isso mesmo, aumentam as preocupações militares com a situação geral do País e por isso mesmo surge o nome do General Walter Pires como a solução natural do processo sucessório, dada a sua autoridade política e moral. Nunca houve neste País sucessão presidencial normal em meio à crise econômica. E acrescenta-se que a atual crise econômica é a maior de todos os tempos e certamente "nunca, criança, verás uma crise como essa". Com a credibilidade fortemente abalada (ninguém, na sociedade brasileira, acredita nas atuais autoridades econômicas) o Governo parte para uma nova política de ajuste que deveria ter sido adotada - vejam só - nos idos de 1979, quando o Presidente Figueiredo decretou a "economia de guerra" que, como a Batalha de Itararé, não houve, levando o País, afinal, à gravíssima situação de hoje, ameaçado até de falência pelos credores, desmoralizado no exterior, devedor relapso e vivendo uma inflação a níveis acima de Goulart, com desemprego e estagnação econômica. As autoridades econô-

micas são pessoas honradas e simpáticas e contam com nossa estima. Infelizmente perderam a confiança pública. E sem essa confiança jamais se consertará a economia deste ou de qualquer país. Na festa de Ibrahim Sued, observando os presidenciais que desfilavam nos salões do Copa, o Senador Roberto Campos que estava na minha mesa, constatou o imenso prestígio do colunista e observou: "Presidenciais, mesmo, é o Ibrahim." Por que não chamar os caminhões da Fink? Eles deveriam voltar a circular na Península dos Ministros... "The Economist", de Londres, analisa a crise brasileira e sugere ameaças do Mercado Comum Europeu às exportações brasileiras. "Journal of Commerce", de Nova Iorque, informa que o governo americano não está disposto a emprestar ao Brasil. Pudera, com os barbudos do guerreiro...

ULTIMA HORA